



Octubre 2019 - ISSN: 1696-8352

ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO: pesquisa em micro e pequenas empresas industriais do município de Três Lagoas – MS

LEITE, Ronie Silva¹
ARRAES, Ronny Mayko Lacerda Modesto¹
MOURA, Renata Gama e Guimaro²
CARRARO, Nilton César³

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

LEITE, Ronie Silva, ARRAES, Ronny Mayko Lacerda Modesto, MOURA, Renata Gama e Guimaro y CARRARO, Nilton César (2019): "Administração do capital de giro: pesquisa em micro e pequenas empresas industriais do município de Três Lagoas – MS", Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana (octubre 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/oel/2019/10/administracao-capital-giro.html>

Resumo

A pesquisa foi realizada nas micro e pequenas empresas industriais do município de Três Lagoas - MS e procura investigar se as decisões tomadas pelos administradores financeiros nestas empresas preservam a liquidez das mesmas. A metodologia deste trabalho foi pesquisa bibliográfica em livros de autores consagrados, artigos publicados, teses e dissertações correlacionadas ao tema, e pesquisa de campo através de coleta de dados por observação direta e intensiva por meio de questionários, que após tratamento estatístico, proporcionou chegar às considerações que refletem a atual situação desse grupo de empresas em relação à administração do capital de giro.

Palavras – chave: Gestão financeira. Liquidez. Capital de giro. Análise financeira. Administração de Recursos.

Resumen

La investigación se realizó en las micro y pequeñas empresas industriales de la ciudad de Três Lagoas - MS y busca investigar si las decisiones tomadas por los gerentes financieros de estas compañías preservan su liquidez. La metodología de este trabajo fue la investigación bibliográfica en libros de autores conocidos, artículos publicados, tesis y disertaciones correlacionadas con el tema, y la investigación de campo a través de la recopilación de datos por observación directa e intensiva a través de cuestionarios, que después del tratamiento estadístico, permitieron alcanzar el consideraciones que reflejan la situación actual de este grupo de empresas en relación con la gestión del capital de trabajo.

Palavras – chave: Gestión financiera. Liquidez Capital de trabajo. Analisis financiero. Gestión de recursos.

¹ Aluno da Graduação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: ronie.leite12@gmail.com, ronnyarraes@gmail.com.

² Orientador: Professora Doutora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: rggmoura@gmail.com

³ Co-orientador: Professor Doutor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: nilton.carraro@ufscar.br

Abstract

The research was conducted in the micro and small industrial companies of the city of Três Lagoas - MS and seeks to investigate if the decisions made by the financial managers in these companies preserve their liquidity. The methodology of this work was bibliographic research in books of well-known authors, published articles, theses and dissertations correlated to the theme, and field research through data collection by direct and intensive observation through questionnaires, which after statistical treatment, allowed to reach the considerations that reflect the current situation of this group of companies in relation to working capital management.

Kew – words: Financial management. Liquidity. Working capital. Financial analysis. Resource Management.

1. INTRODUÇÃO

Para uma boa gestão do capital de giro, o administrador financeiro deve tomar decisões voltadas principalmente para preservar a liquidez da empresa, contudo sem afetar a sua rentabilidade. Quando tais decisões são tomadas em desacordo com as exigências do mercado ou, ainda, contrárias às circunstâncias necessárias ao lucro e à continuidade da empresa, os desfechos de tais situações costumam ser através de concordatas e falências, em consequência de usar soluções inadequadas na gestão do capital de giro.

No gerenciamento dos recursos da empresa, o enfoque dá-se à administração dos estoques, contas a receber de clientes, e contas a pagar a fornecedores (ciclo financeiro – que vai desde o pagamento das compras até o recebimento das vendas), por tratarem de itens que bem administrados refletem na liquidez e na rentabilidade das mesmas.

A estruturação de um empreendimento empresarial exige investimentos em ativos fixos e em capital de giro, investimentos estes que tem que ser financiados, ou por recursos próprios ou por de terceiros.

O investimento em ativos fixos tem características diferentes dos investimentos em capital de giro, pois este envolve uma dinâmica muito maior. O capital de giro precisa de um acompanhamento permanente, pois está continuamente sofrendo o impacto das diversas mudanças enfrentadas pela empresa.

Os pequenos empresários não dispõe de tempo, recursos técnicos e humanos para administrar adequadamente sua empresa e, normalmente se torna multifuncional dentro da empresa, ou seja, assumem diversas funções, inclusive as funções gerenciais.

Geralmente os pequenos empresários não apresenta um quadro de administradores e profissionais qualificados que os auxiliem na gestão e elaboração de controles e relatórios gerenciais da empresa. Muitas vezes a estrutura da empresa não comporta ou não requer uma equipe de administradores. Entretanto isto não significa que estas empresas não precisem de um processo de gestão organizada que viabilize seu lucro e sua continuidade.

Como qualquer gestor, o pequeno empresário necessita de informações rápidas e oportunas para conhecer melhor a situação financeira de sua empresa antes de tomar qualquer decisão.

Considerando que a falta de capital de giro é um dos principais problemas apontados pelas empresas, segundo as pesquisas do SEBRAE, e considerando as suas dificuldades em dispor de conhecimentos e técnicas adequadas de administração, observa-se que o pequeno empresário necessita de consultoria para conduzir a administração financeira da empresa.

Para contribuir com essa situação apresentada, propõe-se o seguinte problema: “As decisões tomadas pelo administrador financeiro no âmbito de curto prazo nas micro e pequenas empresas industriais do município de Três Lagoas – MS preservam a liquidez da empresa?”

O objetivo geral do trabalho é verificar se as decisões tomadas pelo administrador financeiro no gerenciamento do ciclo financeiro nas micro e pequenas empresas industriais do município de Três Lagoas - MS preservam a liquidez.

A importância da pesquisa na geração de conhecimento sobre problemas como esse, defendido nessa pesquisa, é a motivação para vários pesquisadores. Justificativas que se julgam importantes para a realização deste trabalho: a importância desse conjunto de empresas para a economia local e do país; servir de base e referencial teórico para futuras pesquisas, pois cada vez mais se faz necessário a presença da ciência no meio empresarial; ser fonte de conhecimento para

os empresários do setor. Pretende-se com a apresentação dessas justificativas, colaborar com a compreensão do problema da pesquisa.

A estrutura do trabalho compreende quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda a contextualização do assunto e demonstração da importância do tema, a identificação do problema, os objetivos e as justificativas, a metodologia e delimitação do estudo e a estrutura do trabalho. O capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica para a pesquisa, na qual são revisados conceitos de Finanças, Administração financeira, Capital de giro, Necessidade de capital de giro, Fontes de financiamento a curto prazo no Brasil e Comunicação – insumo da gestão. No capítulo 3 insere-se os métodos da pesquisa e delimitação do estudo, adotados para o desenvolvimento da mesma, a caracterização da população, a amostra, a coleta de dados e a análise exploratória dos dados, serão comentados os resultados da pesquisa de campo realizada para obter informações sobre os procedimentos gerenciais, seus pontos positivos e negativos em relação ao problema citado, demonstrada e analisada a situação em relação à administração do capital de giro nas micro e pequenas empresas industriais do município de Três Lagoas – MS e por fim no capítulo 4 são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PEQUENA E MÉDIA EMPRESA (PME)

No Brasil, a definição legal está a cargo da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006 em seu art. 3º, onde a receita bruta no ano é o limitador para o enquadramento, sendo igual ou inferior a R\$360.000,00 considera-se microempresa (pequenas empresas) e sendo superior a R\$360.000,00 considera-se empresa de pequeno porte (média empresa), esses valores entraram em vigor em 2018 (BRASIL, 2006).

O objetivo é fomentar o desenvolvimento e a competitividade da micro e pequena empresa e do microempreendedor individual como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia (SEBRAE, 2014).

As pequenas e médias empresas apresentam características próprias que geram impacto tanto em sua forma de organização interna, como em sua articulação com os clientes, fornecedores, instituições governamentais e demais atores do seu entorno, conferindo-lhes um modo de atuar diferenciado das grandes empresas. Não será objeto desse estudo as possibilidades de enquadramento tributário

Existem diversas classificações de beneficiários por porte de empresa, divulgados por órgãos diferentes no país, vamos nos ater a apenas ao do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas que utiliza a quantidade de colaboradores registrados e do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento que fornece financiamentos para essas empresas também de acordo com seu faturamento (SEBRAE, 2014; BNDES, 2014).

Vale ressaltar que apesar do nome, pequena e média correspondem a quase 99% das empresas formais, são responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto brasileiro e por mais de 50% dos empregos com carteira de trabalho assinada.

2.2 SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro pequenas empresas– aqueles com faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões. Atuando com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com o setor público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios (SEBRAE, 2014).

O Sebrae é agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, mas não é uma instituição financeira, por isso não empresta dinheiro. Articula (junto aos bancos, cooperativas de crédito e instituições de microcrédito) a criação de produtos financeiros adequados às necessidades do segmento. Também orienta os empreendedores para que o acesso ao crédito seja, de fato, um instrumento de melhoria do negócio (SEBRAE, 2014).

Para classificar o porte das empresas e outras informações, o Sebrae utiliza como base pesquisas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para determinar o número de empregados.

Quadro 1. Por quantidade de funcionários:

Porte dos beneficiários	Setores	
	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	Até 19 empregados	Até 9 empregados
Pequena Empresa	De 20 a 99 empregados	De 10 a 49 empregados
Média Empresa	De 100 a 499 empregados	De 50 a 99 empregados
Grande Empresa	500 ou mais empregados	100 ou mais empregados

Fonte: SEBRAE (2014).

2.3 BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Fundado em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e, hoje, o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira (BNDES, 2014).

Para isso, apoia empreendedores de todos os portes, inclusive pessoas físicas, na realização de seus planos de modernização, de expansão e na concretização de novos negócios, tendo sempre em vista o potencial de geração de empregos, renda e de inclusão social para o Brasil.

O BNDES classifica seus clientes em função do porte, o que permite uma atuação adequada às características de cada segmento, por meio da oferta de linhas, programa e condições específicas. O apoio às micro, pequenas e médias empresas, por exemplo, é considerado prioritário pelo BNDES, oferecendo condições especiais com o propósito principal de facilitar o acesso destas empresa ao crédito (BNDES, 2014).

A classificação do porte é realizada conforme a Receita Operacional Bruta das empresas ou conforme a renda anual de cada cliente pessoas físicas.

Quadro 2. Por porte de clientes:

Classificação	Receita Operacional Bruta ou Renda Anual
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 360 mil
Pequena Empresa	Maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões
Média Empresa	Maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande Empresa	Maior que R\$ 300 milhões

Fonte: BUENO (2017).

2.4 FINANÇAS

Os Ciclos Financeiro e Operacional abrangem a visão do gestor financeiro com relação às entradas e saídas de recursos. Eles auxiliam tanto na análise da projeção do fluxo de caixa quanto da necessidade do capital de giro.

O ciclo operacional corresponde ao intervalo de tempo compreendido desde a compra dos materiais de produção até o recebimento da venda (BRAGA, 2008).

Hessel Júnior (2011) define ciclo financeiro como o período em que a organização gira com os recursos entre os recebimentos e os pagamentos. Já para Assaf Neto e Silva (2007), o ciclo financeiro associa-se ao ciclo operacional, todavia, dependendo dos negócios da organização, haverá uma descontinuidade financeira.

Os dois indicadores são considerados extremamente importantes para avaliação e controle da eficiência da gestão do capital de giro.

Podemos definir finanças segundo Gitman (2002, p. 4), “como a arte e a ciência de administrar fundos”.

Brigham e Houston (1999, p. 3), citam que o campo das finanças consiste de três áreas inter-relacionadas:

- 1) Mercados monetários e de capital, que trata dos mercados de títulos e das instituições financeiras; 2) investimentos, que focaliza as decisões dos investidores – tanto indivíduos como instituições – quanto aos títulos para suas carteiras de investimentos; e 3) administração financeira, que envolve a efetiva administração de uma empresa.

É evidente a importância de se conhecer sobre finanças, pois ela nos afeta pessoal e profissionalmente, querendo ou não temos que entender sobre assuntos financeiros, pois em algum momento teremos que tomar decisões financeiras.

2.4.1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Para Gitman (2002) a Administração Financeira se refere às responsabilidades do administrador financeiro em uma organização. Os administradores financeiros administram de modo ativo as finanças de todos os tipos de empresas, seja financeiras ou não financeiras, privadas ou públicas, grandes ou pequenas, com ou sem fins lucrativos.

Ainda segundo o autor, os administradores financeiros desempenham diversas tarefas, como por exemplo, orçamento, previsões financeiras, administração do caixa, administração do crédito, análise de investimentos e captação de fundos.

Ross, Westerfield e Jordan (2002, p. 39 e 40) afirmam que:

O administrador financeiro deve preocupar-se com três tipos básicos de questões [...] a primeira questão diz respeito aos investimentos a longo prazo da empresa [...] a segunda questão para o administrador financeiro diz respeito a como a empresa obtém os financiamentos necessários para sustentar os investimentos a longo prazo [...] a terceira questão diz respeito à administração do capital de giro.

Segundo Santos (2001, p. 14), “grande parte do tempo do gestor financeiro é destinada à solução de problemas de capital de giro, como financiamento de estoques, gerenciamento da inadimplência de clientes e administração das insuficiências de caixa”. Esses problemas segundo o mesmo autor, “[...] podem ser minimizados ou mesmo evitados por meio de uma administração de capital de giro que valorize a prevenção de sua ocorrência”.

Assim, vê-se quão importante são as decisões tomadas pelo administrador financeiro, pois qualquer decisão equivocada comprometerá o resultado da empresa no que tange à continuidade versus insolvência.

2.4.2 CAPITAL DE GIRO

As empresas necessitam de recursos financeiros para manter suas atividades, efetuar investimentos, pagar despesas e saldar compromissos assumidos com seus credores. Esses recursos podem ser gerados pelas atividades da empresa ou podem ser obtidos com os sócios ou acionistas e diversos tipos de credores.

Santos (2001) cita que uma organização usa para seu funcionamento recursos materiais de renovação lenta, tais como instalação, equipamentos e moveis (capital fixo ou permanente) e recursos materiais de rápida renovação, como os estoques de matérias-primas e produtos que compõem o capital circulante.

Assaf Neto e Silva (1997, p. 14 e 15) apresentam a seguinte definição de capital de giro:

O capital de giro ou capital circulante é representado pelo ativo circulante, isto é, pelas aplicações correntes, identificadas geralmente pelas disponibilidades, valores a receber e estoques. Num sentido mais amplo, capital de giro representa os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais identificadas desde a aquisição

de matérias-primas (ou mercadorias) até o recebimento pela venda do produto acabado.

No balanço patrimonial da empresa, o capital de giro é representado pelo ativo circulante ou ativo corrente, composto pelas disponibilidades financeiras, contas a receber e estoques”.

Segundo Gitman (2001, p. 459) capital de giro são:

Ativos circulantes, que representam a porção de investimento que circula de uma forma para outra, na condução normal dos negócios [...] essa ideia abrange a transição recorrente do caixa para estoques, para duplicatas a receber e de volta ao caixa, que forma o ciclo operacional da empresa.

De acordo com as definições apresentadas, pode-se concluir que o capital de giro ou capital circulante de uma empresa corresponde ao montante de recursos necessários para manter as atividades operacionais de curto prazo, que compreendem principalmente a aquisição de mercadorias, vendas, e recebimento de vendas.

2.4.3 NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO

Para Santos (2001) o adequado dimensionamento da necessidade de capital de giro é um dos maiores desafios do gestor financeiro enfrenta. Segundo o autor tal tarefa exige uma visão abrangente do processo de operação da organização, de suas práticas comerciais e financeiras, bem como dos dados sobre prazos de cobrança e recebimento.

Conforme Assaf Neto (2007, p. 537), “a necessidade de investimento em capital de giro, ou simplesmente em giro, reflete o volume líquido e recursos demandado pelo ciclo operacional da empresa, determinado em função de suas políticas de compras, vendas e estocagem”

Segundo Gitman (2001, p. 462), define assim as necessidades permanentes e sazonais:

Permanente – Necessidade de financiamentos para os ativos permanentes da empresa mais a porção permanente dos ativos circulantes da empresa; essas exigências permanecem sem mudanças durante o ano. Sazonal – Necessidade de financiamentos para a porção de ativos circulantes temporários da empresa, os quais variam durante o ano.

Santos (2001, p. 28), afirma que é possível calcular a necessidade de capital de giro de uma empresa com base em seu balanço patrimonial. O cálculo da NCG é efetuado com apoio nos seguintes parâmetros, obtidos da reclassificação de algumas contas do balanço patrimonial:

- Ativo permanente – é formado pelos itens de longo prazo do ativo. Seu valor é igual à soma dos seguintes itens: realizável a longo prazo, investimento, imobilizado e diferido.
- Ativo operacional – representa os recursos utilizados nas operações da empresa que dependem das características de seu ciclo operacional. É composto pelos estoques, duplicatas a receber e os outros itens do ativo circulante que têm natureza permanente.
- Ativo fluante – corresponde aos itens de curtíssimo prazo do ativo circulante que não têm vinculação direta com as operações da empresa: caixa, bancos e aplicações financeiras.
- Passivo permanente – é formado pelas contas de longo prazo do passivo e representa a fonte permanente de recursos financeiros da empresa. É igual à soma do exigível a longo prazo com o patrimônio líquido.
- Passivo operacional – representa as contas do passivo vinculadas ao ciclo operacional da empresa. É composto pelas contas referentes a fornecedores, salários, encargos, impostos e taxas.
- Passivo fluante – corresponde aos itens de curtíssimo prazo do passivo circulante que não têm vinculação direta com as operações da empresa: empréstimos, financiamentos e outras obrigações financeiras da curtíssimo prazo.

2.5 FONTES DE FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO NO BRASIL

Conforme Santos (2001), o principal problema da administração financeira de curto prazo consiste no estabelecimento do prazo de maturidade conforme as necessidades da organização. Caso o financiamento apresente um prazo maior do que o necessário, ocorrerá uma perda financeira, uma vez que o excesso será aplicado a taxas bem menores do que seu custo de captação.

Ross, Westerfield e Jordan (2002, p. 427), cita que “a maneira mais usual de financiar um déficit de caixa temporário é contratar um financiamento bancário a curto prazo sem garantias. As empresas que recorrem a empréstimos bancários geralmente obtêm um linha de crédito”.

Brigham e Houston (1999, p. 617), apresentam a seguinte definição para linha de crédito:

Linha de crédito é um acordo entre o banco e o tomador de empréstimo, indicando o crédito máximo que o banco concederá ao tomador. Por exemplo, em 31 de dezembro, um gerente de crédito do banco poderia indicar a um gerente financeiro que o banco considera a empresa “boa” para até \$80.000 no próximo ano. Se, no dia 10, o gerente financeiro assinar um nota promissória de \$15.000 para noventa dias, isso seria chamado de “tomado” \$15.000 do total da linha de crédito. Essa quantia seria creditada na conta corrente da empresa no banco e, antes de pagar os \$15.000, a empresa poderia tomar empréstimos de quantias adicionais até o total de \$80.000 em aberto em qualquer época.

Segundo Gitman (2001), a caução de duplicatas a receber e o desconto de duplicatas a receber são considerados os meios mais usados para a obtenção de empréstimo a curto prazo com duplicatas a receber.

“Caução de duplicatas a receber é o uso das duplicatas a receber como garantia, ou colateral, para a obtenção de empréstimos a curto prazo” (GITMAN, 2002, p. 643).

“Factoring de duplicatas a receber é a venda direta de duplicatas a receber, com desconto, a um factor ou outra instituição financeira, com o objetivo de levantar fundos” (GITMAN, 2002, p. 645).

O Administrador financeiro deve fazer um estudo de viabilidade antes de adquirir um financiamento, verificar a estrutura e o porte da empresa, o mercado em que atua, os concorrentes e seus agentes internos, para aí então tomar a decisão se financia ou não seu capital de giro.

3. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho será pesquisas bibliográficas em livros de autores consagrados, artigos publicados, teses e dissertações correlacionados ao tema, tendo como objetivo fornecer um referencial teórico sobre o assunto-tema. Com base na fundamentação teórica foi possível criar um instrumento que viabilizasse a pesquisa de campo.

A pesquisa de campo do tipo exploratória será aplicada às micro e pequenas empresas industriais do município de Três Lagoas –MS por meio de questionários. Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” (GIL, 2010, p. 114).

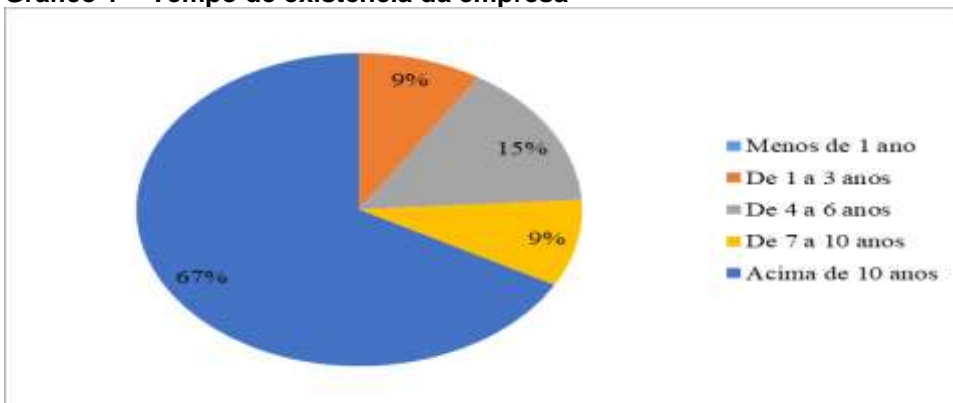
Após a definição da população e amostra, iniciou o processo de coleta e análise de dados do setor.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na elaboração do questionário, foram utilizadas questões fechadas, visando identificar o porte da empresa, tempo de constituição, e qualificação dos envolvidos na área administrativa além de questões envolvendo a geração e a utilização das informações no processo de tomada de decisão.

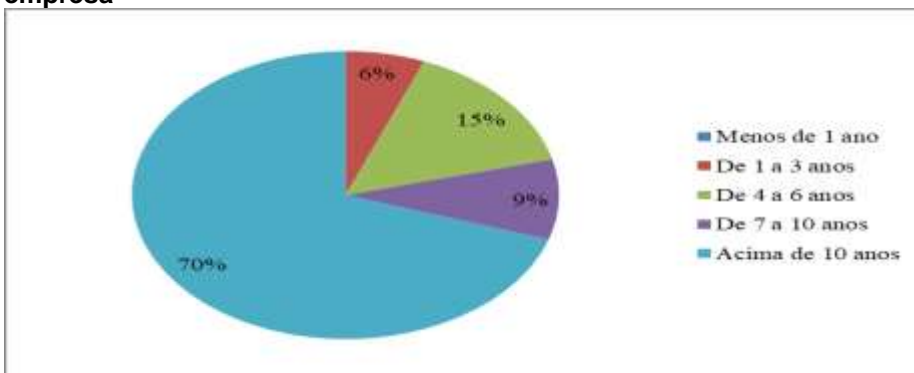
4.1 ANÁLISE DO PORTE, ESTRUTURA E QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DECISÓRIO

Nesse tópico foram analisadas estatística e graficamente todas as respostas do questionário do grupo 1.

Gráfico 1 - Tempo de existência da empresa

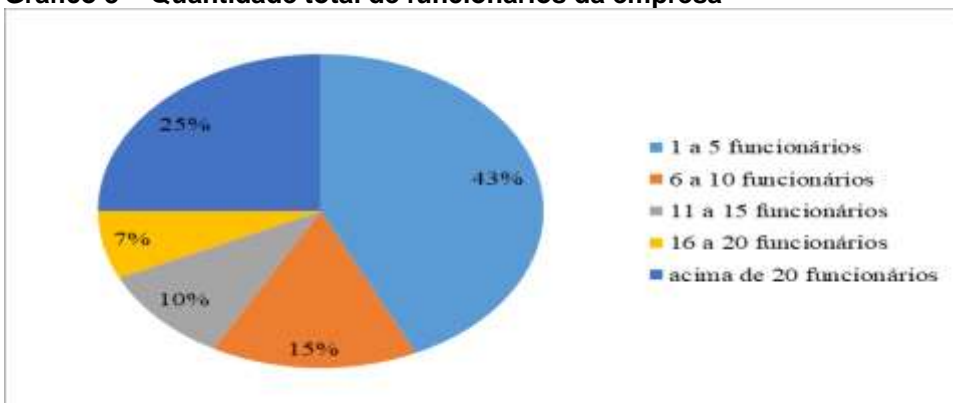
Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Conforme gráfico 1, a grande maioria, ou seja, 67% das empresas pesquisadas provaram ter mais que 10 anos de existência, sendo este um ponto positivo junto a pesquisa.

Gráfico 2 - Tempo de experiência na área administrativa que possui(em) os proprietário(s) da empresa

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

O gráfico 2 demonstra que 70% provou que possuem mais de dez anos de experiência administrativa. Esse é um fator positivo a pesquisa, pois os mesmos possuem conhecimento suficiente para gerar a liquidez, que é um dos pressupostos para a continuidade.

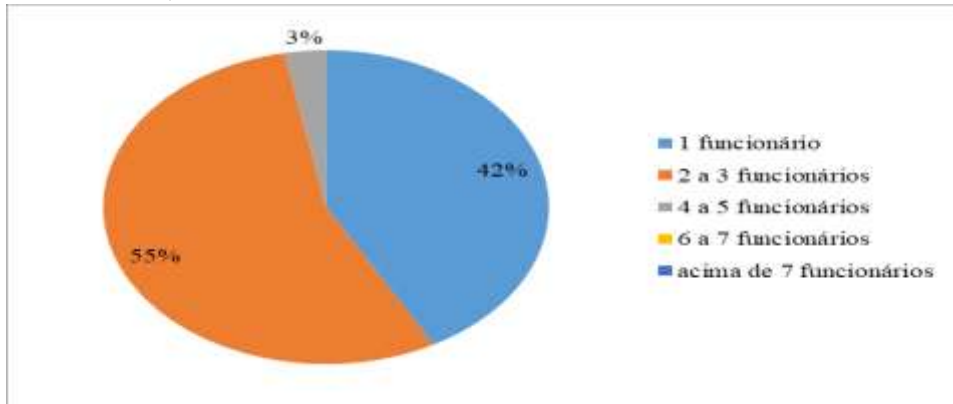
Gráfico 3 - Quantidade total de funcionários da empresa

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Observa-se no gráfico 3 que os dois maiores percentuais são de empresas com até cinco e dez funcionários, totalizando 58%, ou seja, não possuem administradores financeiros o proprietário é

quem toma todas as decisões. Esse é um fator negativo a pesquisa, pois acaba sobrecarregando as funções do proprietário dentro da empresa.

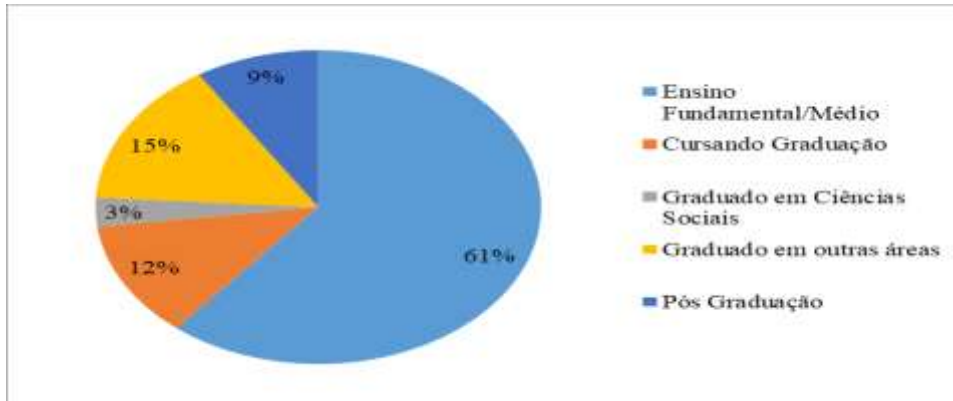
Gráfico 4 - Quantidade de funcionários alocados no setor Administrativo



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Nota-se no gráfico 4 que a grande maioria das empresas é administrada por um (42%) ou no máximo até três funcionários (55%), contando com o proprietário da empresa, o que evidencia a falta de mão-de-obra disponível para o setor Administrativo, sendo esse fator considerado negativo para os objetivos da pesquisa.

Gráfico 5 - Nível de escolaridade dos funcionários do setor Administrativo



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

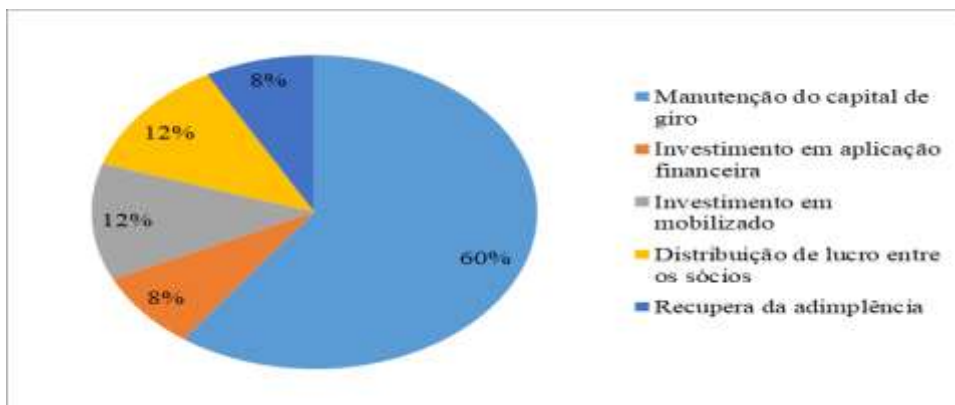
Apesar de possuírem experiência de mais de 10 anos na administração de empresas, a grande maioria dos funcionários alocados no setor Administrativo possuem escolaridade até ensino fundamental / médio (61%), conforme mostra o gráfico 5, o que torna esse fato um ponto negativo para a pesquisa devido à falta de qualidade funcional (formação acadêmica) desses funcionários.

Uma vez conhecido o tempo de existência, o porte e a estrutura administrativa e o nível dos envolvidos nesse processo, o segundo questionário tratou de analisar a geração e utilização da informação no processo decisório, corroborando ou não com os objetivos da pesquisa.

4.2 PROCESSO DECISÓRIO

O segundo questionário foi criado com o objetivo de evidenciar a estrutura organizacional da empresa, a utilização das informações geradas em âmbito financeiro, além de questões sobre execução das rotinas envolvidas nesse processo.

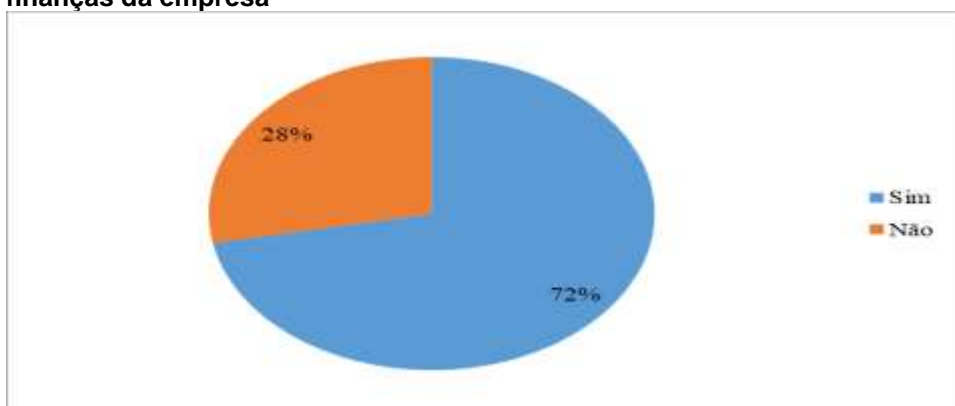
Gráfico 6 - Destinação dos recursos financeiros disponibilizados pela empresa



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

A maioria das empresas (60%) utilizam os recursos financeiros disponibilizados para a manutenção do capital de giro preservando assim sua liquidez, o que evidencia um ponto positivo para os objetivos da pesquisa.

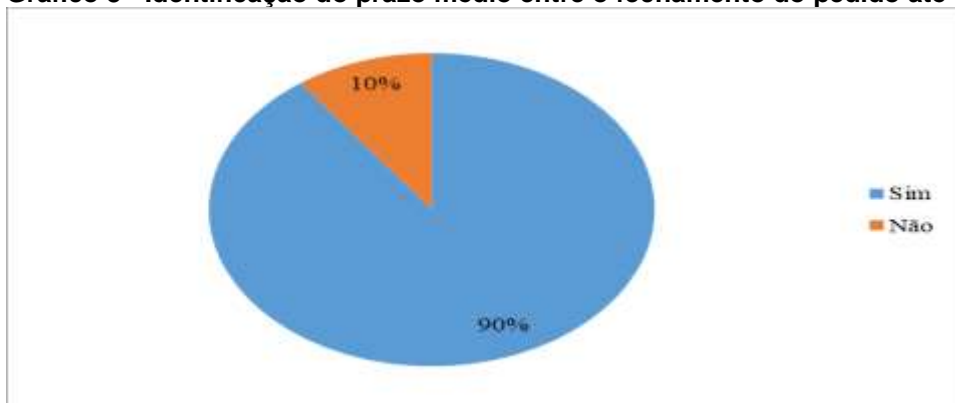
Gráfico 7 - Existência de algum tipo de controle ou relatório que fornece a situação das finanças da empresa



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Observa-se no gráfico 7 que 72% das empresas tomam decisões baseadas em relatório que fornece a situação das finanças da empresa, evitando assim tomadas decisões equivocadas, fato este que se torna um ponto positivo para os objetivos da pesquisa.

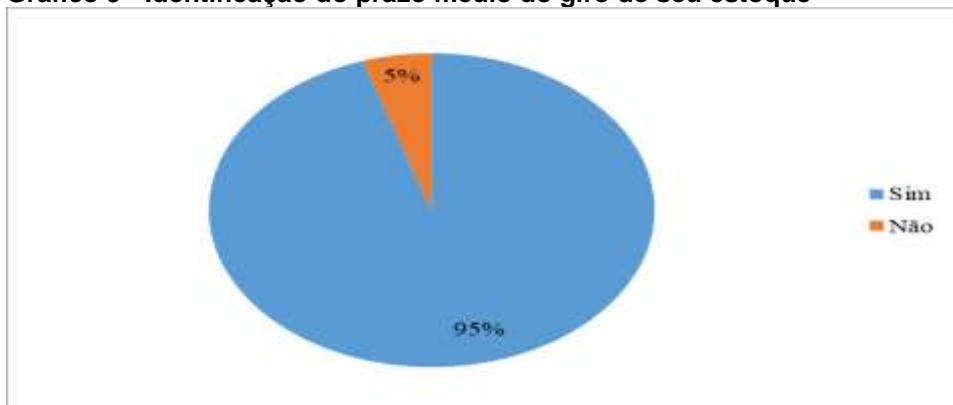
Gráfico 8 - Identificação do prazo médio entre o fechamento do pedido até o seu recebimento



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Observa-se no gráfico 8 que mais de 90% das empresas tem o conhecimento de qual o prazo médio de seu ciclo operacional, identificando assim o reflexo deste na manutenção da liquidez, tornando-se portanto mais um ponto positivo para os objetivos da pesquisa.

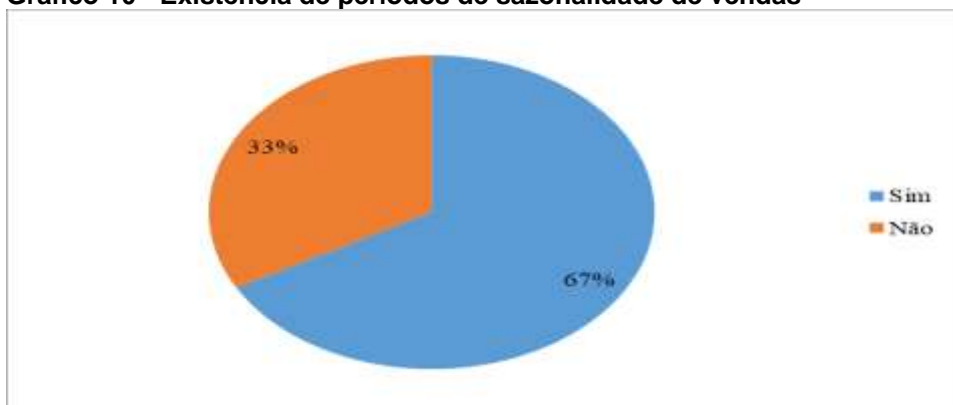
Gráfico 9 - Identificação do prazo médio do giro de seu estoque



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Observa-se que a maioria das empresas (95%) consegue identificar o prazo médio do giro de seu estoque, conseguindo assim analisar o custo da manutenção do mesmo, e o reflexo disso em seu caixa, conforme demonstra gráfico 9.

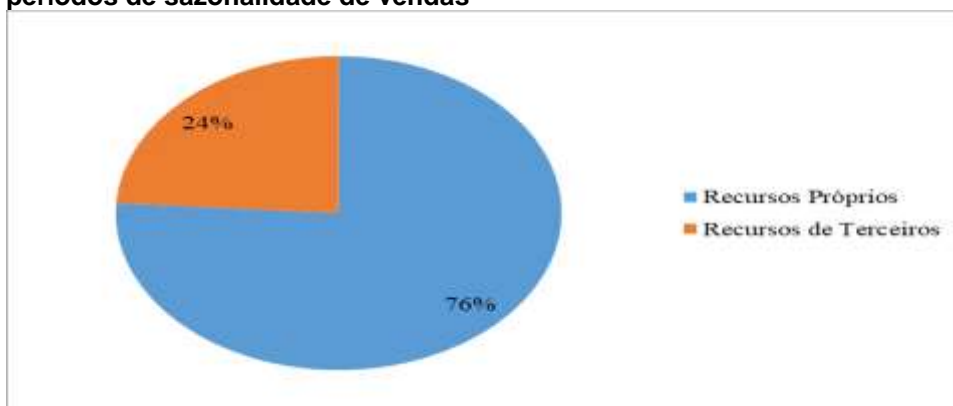
Gráfico 10 - Existência de períodos de sazonalidade de vendas



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

O gráfico 10 revelou que 67% das empresas passam por períodos de sazonalidade de vendas, o que as obriga a despendar mais recursos financeiros para preservação de sua liquidez.

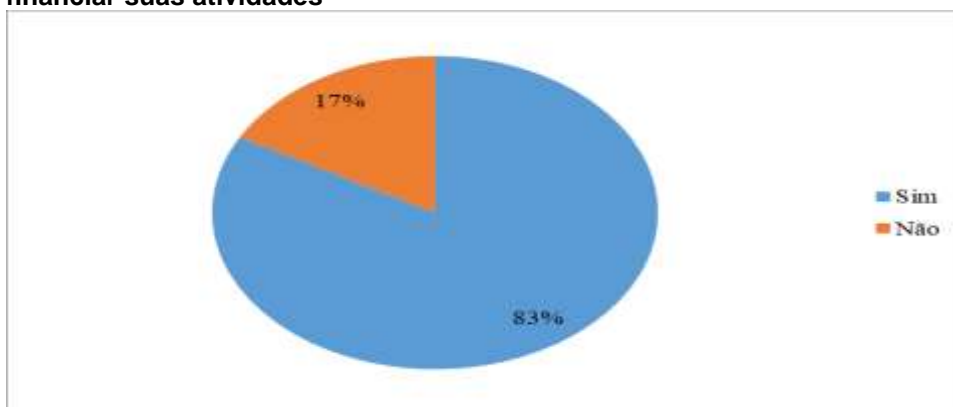
Gráfico 11 - Recursos que a empresa utiliza para financiar suas atividades operacionais nos períodos de sazonalidade de vendas



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Observa-se que a maioria das empresas (76%) consegue financiar suas atividades operacionais nos períodos de sazonalidade de vendas com recursos próprios, conforme gráfico 11, o que a princípio gera um dispêndio de recursos financeiros, porém, podemos considerar este fator como positivo para os objetivos da pesquisa, pois a empresa deixa de tomar recursos de terceiros para cobrir gastos de curto prazo, recursos estes que possuem um alto custo de aquisição no mercado.

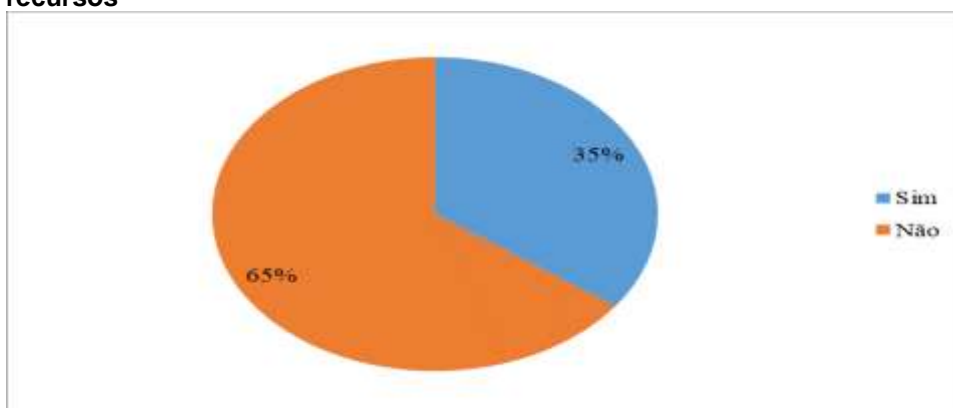
Gráfico 12 - Identificação em seu caixa de períodos em que há sobra ou falta de recursos para financiar suas atividades



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

O gráfico 12 mostra que 83% das empresas conseguem identificar em sua administração do caixa, períodos em que há sobra ou falta de recursos para financiar suas atividades, o que evidencia um controle da necessidade de capital de giro, mantendo assim sua capacidade de honrar com os compromissos financeiros.

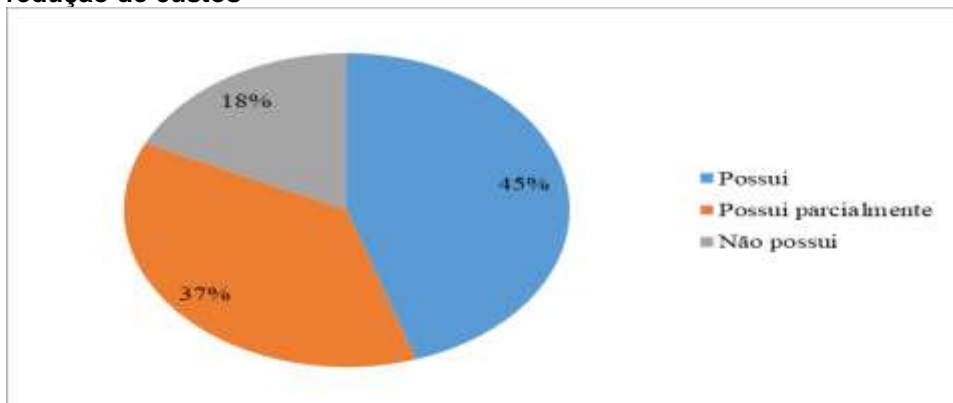
Gráfico 13- Existência de parceria com instituições financeiras no sentido de captação de recursos



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Observa-se no gráfico 13 que 65% das empresas não possuem parcerias com instituições financeiras para captar recursos, o que consideramos como ponto positivo, mas também um ponto negativo para os objetivos da pesquisa, pois ao mesmo tempo em que a empresa é auto-sustentável financeiramente ela pode vir a precisar em caráter emergencial de recursos, fato este que se houvesse a parceria ficaria mais acessível e menos burocrático para sanar o problema.

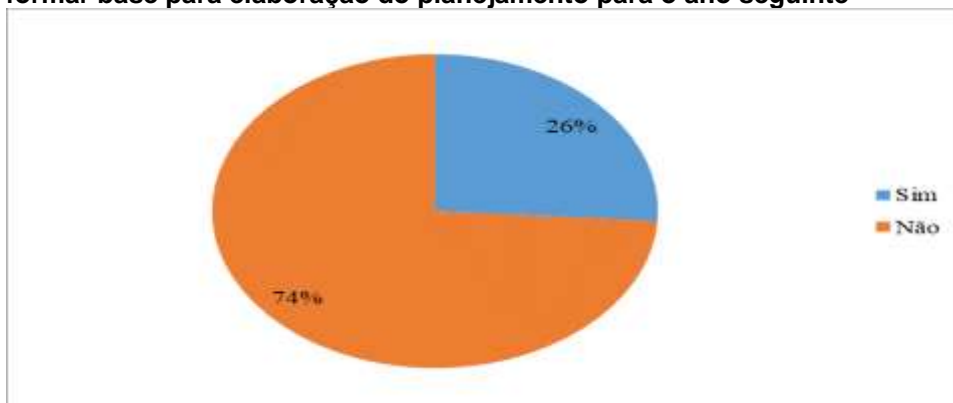
Gráfico 14- Existência de informações financeiras e não-financeiras que identifiquem seu desempenho relacionados à maximização da utilização de recursos disponíveis, visando a redução de custos



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Observa-se no gráfico 14 que a maioria das empresas (45%) possui ou possuem parcialmente informações que as auxiliam no processo de tomada de decisão quanto à maximização da utilização de recursos disponíveis, o que corroboram para a redução do custo e geração de saldo disponível em caixa, mantendo assim a sua liquidez.

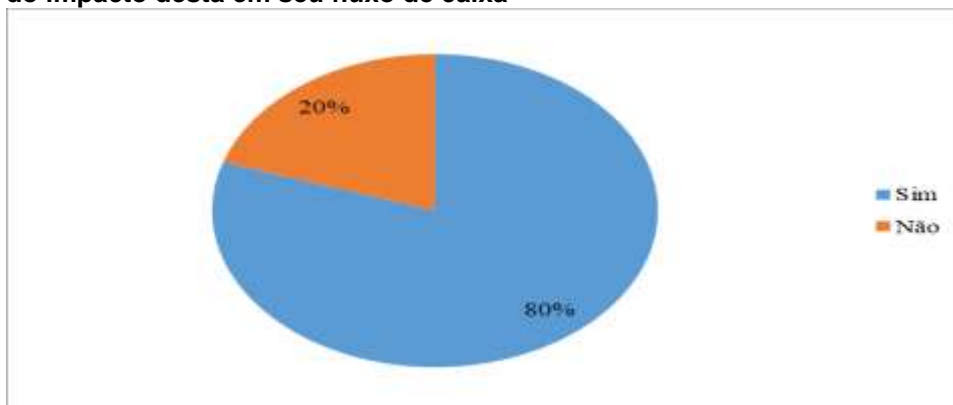
Gráfico 15- Existência de um planejamento financeiro, como por exemplo, elaboração de orçamento, e a partir deste utilizando um comparativo entre o previsto e o realizado, consegue formar base para elaboração do planejamento para o ano seguinte



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Nota-se no gráfico 15 que a maioria das empresas (74%) não faz planejamento financeiro para o ano seguinte, o que se torna um fator negativo para os objetivos da pesquisa, pois a falta de uma formalização de planejamento (orçamento) deixa a empresa sem um objetivo a ser atingido, comprometendo assim a preservação de sua liquidez.

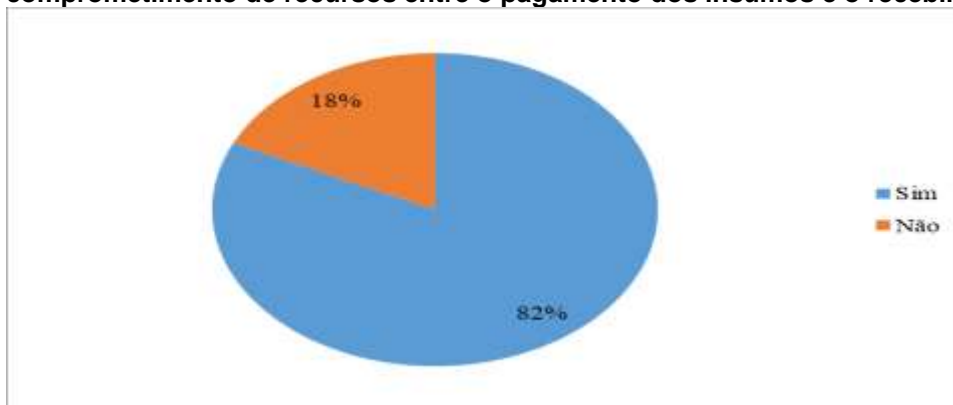
Gráfico 16 - Existência de um gerenciamento da inadimplência de seus clientes, e identificação do impacto desta em seu fluxo de caixa



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Observa-se no gráfico 16 que a maioria das empresas, ou seja, 80% possuem um gerenciamento da inadimplência de seus clientes, e conseguem identificar qual o impacto desta em seu fluxo de caixa, mostrando assim uma preocupação da mesma em manter a sua capacidade de honrar com os compromissos financeiros de curto prazo.

Gráfico 17 - Identificação da necessidade de redução de seu ciclo financeiro, devido ao comprometimento de recursos entre o pagamento dos insumos e o recebimento pela venda



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Observa-se no gráfico 17 que do total das empresas pesquisadas, a grande maioria (82%) consegue identificar em seu ciclo financeiro a necessidade de redução do mesmo, para que com isso preserve a liquidez da empresa, o que se torna um ponto positivo, pois está em consonância com os objetivos da pesquisa.

Uma vez finalizada a análise do segundo grupo de questões contidas no questionário, foi possível identificar as questões que estão envolvidas positiva e negativamente com o objetivo da pesquisa, permitindo ao pesquisador formular suas conclusões sobre o setor.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa objetivava verificar se as decisões tomadas pelo administrador financeiro no gerenciamento do ciclo financeiro nas micro e pequenas empresas industriais do município de Três Lagoas - MS preservavam a liquidez das mesmas.

Baseado na comparação entre os pontos positivos e os pontos negativos da pesquisa, observa-se que os positivos se sobressaem, o que vem comprovar que há por parte dos administradores financeiros das empresas pesquisadas uma preocupação em preservar a liquidez da empresa.

Sendo assim, verifica-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados quando através da pesquisa feita e da aproximação entre teoria e prática, foi possível constatar que esse hiato não é tão grande assim.

Como consideração aos empresários do setor fica uma atenção maior que deve ser dada aos pontos negativos a pesquisa, como por exemplo, a falta de qualificação profissional no setor administrativo da empresa, somente a experiência não é suficiente neste mercado competitivo, pois com o advento da globalização cada vez mais se faz necessário a presença da ciência no meio empresarial.

Fica desde já evidenciado o compromisso do pesquisador em divulgar o resultado da pesquisa aos participantes, no intuito de ser fonte de conhecimento para os empresários do setor.

Como contribuições adicionais, esse trabalho será divulgado no meio acadêmico através de congressos e revistas, procurando evidenciar a importância dessa aproximação entre teoria e prática, servindo como referencial para futuras pesquisas.

O resultado dessa pesquisa na verdade é fruto de toda sabedoria, conhecimento e experiência que os professores ao longo de quatro anos transmitiram aos seus alunos, especialmente a este pesquisador, que compreendeu a que se deve realizar uma pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

Assaf Neto, A.; Silva, C. A. T (2007). “Administração do Capital de Giro”. São Paulo: Editora Atlas S.A.

BNDES. “Relatório Gerencial Trimestral dos Recursos do Tesouro Nacional”. (2014). Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/Relatorio_Recursos_Financeiros_4trimestre2014_AnexoEmpresas.pdf Retirado em 23/09/2019 às 7:45.

Braga Roberto (2008): “Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira”. São Paulo, Editora Atlas S.A.

BRASIL. Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006. (2006). Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Disponível em [http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis Complementares/2006/leicp123.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis%20Complementares/2006/leicp123.htm). Retirado em 12/08/2019 às 20:00.

BRASIL. Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016. (2016). Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nos 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp155.htm#art11 Retirado em 17/09/2019 às 15:25.

Brigham, E. F; Houston, J. F. (1999). “Fundamentos da Moderna Administração Financeira”. Rio de Janeiro: Campus.

Bueno, J. R. (2007). “Qual a receita bruta e o número de empregados para MEI, ME e EPP?” Disponível em: <https://blog.sebrae-sc.com.br/numero-de-empregados-receita-bruta-para-mei-me-epp/> Retirado em 17/09/2019 às 21:00.

Cervo, A. L.; Bervian, P. A. (2002). “Metodologia Científica”. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Confira as diferenças entre micro empresa, pequena empresa e MEI. (2009). Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entremicroempresa-pequena-empresa-emei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>> Acesso em: 17/09/2019 às 17:15.

Costa, A. B. (2001): “Organização industrial e competitividade da indústria de calçados brasileira”. **Na revista Análise Econômica**, nº 38, setembro de 2001, p. 45 - 66. Disponível em:

http://www.ufrgs.br/fce/rae/edicoes_antteriores/pdf_edicao38/artigo03.pdf Retirado em 15/10/2019 às 8:30.

Drucker, P. F. (2003): “Administração para o futuro: os anos 90 e a virada do século”. São Paulo: Pioneira Thonsom Learning.

Fernandes, E. C. (2008): “Estudo sobre a administração do capital de giro nas micro e pequenas empresas industriais da cidade de São Manuel – SP”. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Administração de Empresas) - Faculdade Marechal Rondon, São Paulo.

Gitman, L. J. (2002): “Princípios de Administração Financeira”. 7. ed. São Paulo: Editora Harbra Ltda.

Gitman, L. J. (2001): “Princípios de Administração Financeira – Essencial”. Porto Alegre: Editora Bookman.

Guimaraes, A. B. S; Carvalho, K. C. M; Paixão, L. A. R. (2008): “Micro, pequenas e médias empresas: conceitos e estatísticas”. *Na revista Radar*, n. 55, Fevereiro de 2008, p.1- 6.

Hessel Júnior, Ademar Luiz. (2011): Análise da Situação Financeira de uma Empresa de Pequeno Porte – Estudo de Caso. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Lacombe, F.; Heilborn, G. (2006): “Administração: princípios e tendências”. São Paulo: Saraiva.

Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2011): “Fundamentos de metodologia científica”. São Paulo: Editora Atlas.

O que é lei geral. (2008). Disponível em: [http](http://www.legis.senado.gov.br/legislacao/Lista.do) Retirado em 17/09/2019 às 8:15.

Popadiuk, S. et al. (2006): “Arquitetura da informação e mensuração do desempenho: um estudo na indústria de artefatos e utensílios de plásticos no estado de São Paulo”. *Na Revista Gestão & Produção*, n1, jan./abr de 2006, p. 151 -165.

Porte de empresa. (2019). Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa>> Retirado em 17/10/2019.

Ross, S. A; Westerfield, R. W; Jordan, B. D. (2002): “Princípios de Administração Financeira”. São Paulo: Editora Atlas.

Santos, E. O. (2001): “Administração Financeira da Pequena e Média Empresa”. São Paulo: Editora Atlas.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2014a). Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira, 2014a. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf> Retirado em: 20/09/2019 às 10:20.

Valentim, M. L. P. et al. (2003). “O processo de inteligência competitiva em organizações”. *Na revista Data Gramma Zero: Revista de Ciência da Informação*, n°.3, novembro de 2003, p. 1 -21.